



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01 170 325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29 880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

PORTARIA nº 10/2023

De 19 de janeiro de 2023

"DISCIPLINA JORNADA DE TRABALHO DO SETOR JURÍDICO (PROCURADORES E ASSESSORES) DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI, no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto na Lei Orgânica Municipal artigos 26, inc. II, 27, inc. II e VII e artigo 29, inc. IV, C/C com os artigos 31, 38, inc. II, III, V e XXX do Regimento Interno e demais Leis pertinentes;

CONSIDERANDO que o trabalho do advogado público é essencial para o funcionamento da máquina administrativa, e, tendo em vista a necessidade de flexibilização da jornada do setor jurídico para o desenvolvimento de suas atividades;

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal nº 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

CONSIDERANDO o regido pela Lei Municipal nº 737/2019 – "Dispõe sobre a distribuição de competência dos servidores da Câmara Municipal";

CONSIDERANDO os ditames da Lei Municipal 01/93 – Estatuto dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO a existência do registro de jornada dos demais servidores dessa Câmara Municipal, através do sistema digital de ponto



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01.170.325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29.880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

eletrônico, regido pela versão 2 (001/2023) da IN nº 001/2022, aprovada através da portaria 010/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de simetria entre os regramentos desta Casa de Leis, e assim, sendo imprescindível definir, padronizar, otimizar e regulamentar os procedimentos de registro da jornada dos servidores do Setor Jurídico (Procuradores e Assessores) desta Casa de Leis;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de melhor efetividade e transparência nas demandas desse Setor, e tendo em vista que ainda não foi regulamentada sua forma de registro da jornada e produção no âmbito dessa Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a possibilidade e poder-dever da administração pública atuar no registro alternativo da jornada e demandas desempenhadas por seus servidores, e

CONSIDERANDO a indispensabilidade da permanente orientação jurídica à Administração Municipal para a prática de seus atos;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica fixada jornada de trabalho do Setor Jurídico (Procuradores e Assessores), no âmbito da Câmara Municipal de Mucurici, de 04 (quatro) horas diárias, perfazendo 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único: O cumprimento da jornada e produtividade será observado e certificado pela Controladoria Interna.



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01 170 325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29 880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

§ 1º. Os integrantes da Procuradoria Jurídica (Procuradores e Assessores), no cumprimento dos seus deveres funcionais, que desempenharem suas atribuições em qualquer dia e horário, dentro ou fora da sede da Câmara Municipal – este, em caso de real necessidade, não poderá deles se eximir sob a alegação de que foi ultrapassado o limite de 20 (vinte) horas semanais e 04 (quatro) horas diárias.

§ 2º. Em caso de descumprimento de quaisquer das determinações ora estabelecidas, a Controladoria Interna deverá imediatamente expedir notificação aos Servidores e comunicar ao Gestor as providências adotadas.

Art. 3º - Inexistindo quaisquer demandas que justifiquem a ausência desses servidores na instituição pública, sua jornada de trabalho será desempenhada obrigatoriamente de maneira presencial, nas dependências da Câmara Municipal, com o registro de sua produção.

§ 1º - Os integrantes da Procuradoria da Câmara Municipal de Mucurici (Procuradores e Assessores), havendo interesse da administração pública, ficam **DISPENSADOS** do registro da jornada, nos termos do rol exemplificativo abaixo:

- I- Por participação de audiência em que a Câmara integrar a lide;
- II- Por participação em sessões solenes, quando solicitado;
- III- Reuniões fora do recinto da Câmara Municipal;
- IV- Quando houver a necessidade do desenvolvimento de atividades de interesse da administração pública, fora dos átrios da Instituição;

§ 2º - Em caso de necessidade de desempenho das atribuições fora das dependências do Órgão, o Servidor deverá comunicar prévia e imediatamente, preferencialmente de maneira formal, à Controladoria Interna, que informará ao Gestor da Câmara, bem como deverá apresentar documento comprobatório de



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01 170.325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29.880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

sua ausência, tais como: atas de audiência, sessões de julgamento, declaração de comparecimento, certificados etc.

Art. 4º. O Corpo Jurídico (Procuradores e Assessores) dessa Casa de Leis obedecerá os seguintes prazos para a elaboração e entrega de manifestações jurídicas, contados em dias úteis, a partir do dia subsequente ao da distribuição ou designação:

- I - para processos considerados urgentes pelo Presidente da Câmara, prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- II - para processos que envolvam cumprimento de prazo judicial, o prazo legal subtraído de 2 (dois) dias;
- III - para os demais casos, 5 (cinco) dias.

§ 1º. O Presidente da Câmara poderá fixar prazos mais exíguos ou mais dilatados conforme a natureza da matéria ou a urgência do processo ou atividade, caso em que seu cumprimento referir-se-á ao prazo extraordinário fixado no ato da distribuição ou designação.

§ 2º. O retorno do processo para complementação da manifestação, confere ao Advogado prazo adicional a ser fixado pelo Presidente, conforme urgência e complexidade da matéria.

§ 3º. O marco inicial do prazo para a entrega da manifestação jurídica é o primeiro dia útil subsequente ao da concessão da vista.

Art. 5º. Caso o prazo fixado para manifestação tenha se mostrado insuficiente pela complexidade do trabalho ou pelo acúmulo de processos e atividades, o Advogado deverá, antes do advento do termo final, requerer justificadamente a prorrogação por meio de protocolo;



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01 170 325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29.880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

Art. 6º. Findo o prazo fixado sem a entrega da manifestação, a Controladoria Interna certificará e informará imediatamente à Presidência da Câmara que adotará as providências legais pertinentes, podendo, tão logo, designar outro Advogado da procuradoria para a elaboração do parecer jurídico.

Art. 7º. Em caso de descumprimento do estabelecido no incluso ato administrativo, poderá o servidor sofrer reflexos na folha de pagamento - suspensão ou corte da remuneração, responsabilização através de Processo Administrativo Disciplinar e demais sanções legais previstas em Lei.

Art. 8º. Com vistas a registrar e apurar a produtividade dos Servidores, os integrantes da Procuradoria da Câmara (Procuradores e Assessores), deverão apresentar ao Controle Interno e Presidente da Câmara Municipal, mensalmente, relatório descritivo resumido das atividades desenvolvidas (internas e/ou externas), que, julgando necessário poderá adotar eventuais providências que entender pertinentes, assim como: requerer maiores esclarecimentos e/ou realizar recomendações.

§ 1º. O relatório de atividades destina-se a anotações resumidas das atividades desenvolvidas durante o mês, ainda que não registradas por meio de protocolo, mas desempenhadas pelo Advogado.

Art. 9º. Em caso de descumprimento de quaisquer das determinações estabelecidas na inclusa portaria, ou havendo reincidência nas infrações, a Controladoria Interna deverá imediatamente expedir notificação aos Servidores, bem como comunicar ao Gestor, podendo incorrer o Servidor - nas sanções disciplinares em face do descumprimento dos deveres funcionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Estado do Espírito Santo

CNPJ 01.170 325/0001-85

Rua Rio de Janeiro, nº 22 – Centro – CEP 29 880-000 – Mucurici – ES, fone: (27) 3751-1342

Art. 10º. Os casos omissos, serão dirimidos pela Controladoria Interna e Presidência da Câmara Municipal de Mucurici/ES.

Art. 11º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mesa da Câmara Municipal de Mucurici – ES

Em, 19 de janeiro de 2023

RONALDO DE SOUZA FAGUNDES

Presidente da Câmara Municipal

REINALDO ALVES SANTOS

Vice-Presidente

ELIANE VIEIRA SILVA RAMOS

Secretária